

RELAÇÕES DE MERCADO DE TRABALHO RURAL NA PRODUÇÃO DE EUCALIPTO NO MUNICÍPIO DE SANTA BRANCA – SP

Santos, João Carlos¹, Pereira, Vinícius dos Santos¹, Dr^a Costa, Sandra M. F.¹

¹Universidade do Vale do Paraíba UNIVAP/ Faculdade de Educação, curso de Geografia, Jardim Aquarius – São José dos Campos - SP.
vinciussp89@hotmail.com

Resumo Este trabalho teve como tema as Relações de Mercado de Trabalho Rural na produção de eucalipto no Município de Santa Branca – SP, e por meio da articulação da teoria com o resultado de pesquisa de campo buscou-se compreender o perfil do trabalhador rural da silvicultura, residente no município de Santa Branca, interior do Estado de São Paulo, tentando compreender a influência dessa atividade na vida familiar desses trabalhadores. O resultado indica que a eucaliptocultura se mostra como tendência atual de expansão no Vale do Paraíba e verifica-se a presença forte da iniciativa privada, com Plano de Manejo e Desenvolvimento Sustentável. Observa-se que a eucaliptocultura tem trazido qualidade de vida para os trabalhadores, pela renda obtida pela troca da força de trabalho, de modo que relação de produção do eucalipto no mercado de trabalho rural de Santa Branca mostra-se com responsabilidade social e, conseqüentemente, diminuidor das desigualdades sociais. Ressalta-se a tendência atual globalizada de grande carga horária de trabalho, o que limita o nível de qualidade de vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho rural. Eucaliptocultura. Mercado de trabalho
Área do Conhecimento: Geografia

Introdução

Este trabalho aborda as Relações do Mercado de Trabalho Rural na Colheita de Eucalipto no Município de Santa Branca – SP e é uma iniciativa causada pela inquietação de compreender as relações que a produção da eucaliptocultura estabelece com o mercado de trabalho rural e seus desdobramentos sócio-econômicos. Objetiva-se, em termos gerais, compreender o perfil do trabalhador rural da silvicultura, residente no município de Santa Branca, interior do Estado de São Paulo, tentando compreender a influência dessa atividade na vida familiar desses trabalhadores. Justifica-se a pesquisa na medida em que se busca responder a uma questão do âmbito do trabalho e indivíduo social, ou seja: “o significado do trabalho no processo de constituição do indivíduo social e na produção da vida material, nos marcos da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2001, p. 31). O trabalho é relevante, também, na medida em que, para Tonello et al. (2009), a produção de eucalipto no Brasil, com destaque ao estado de São Paulo, emprega um significativo número de trabalhadores rurais pela iniciativa privada. “O setor florestal brasileiro contribui com uma parcela importante para a economia brasileira, gerando produtos para consumo direto ou para exportação, bem como impostos e empregos para a população [...]” (TONELLO et al., 2009, p. 1).

Parte-se da hipótese de que a Eucaliptocultura representa o ciclo atual do trabalho no campo, de modo que a identificação das relações de produção de eucalipto em Santa Branca permite a compreensão do mercado de trabalho rural no Vale do Paraíba.

Metodologia

A coleta dos dados foi realizada por meio de formulário contendo 16 perguntas fechadas, previamente estabelecidas, com a finalidade de investigar a realidade socioeconômica dos trabalhadores da eucaliptocultura da cidade de Santa Branca. Esta pesquisa foi realizada na cidade de Santa Branca, Estado de São Paulo, no período de janeiro a fevereiro de 2010, com o objetivo de identificar a qualidade de vida dos trabalhadores na colheita do eucalipto. Além dos formulários, foram coletados dados estatísticos de vários órgãos públicos, tais como: população, trabalho e renda, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Resultados

O Brasil tem um histórico predominantemente agrário, tendo como seus ciclos mais relevantes: açúcar, café, borracha. Ainda que as cidades existissem e que algumas fábricas pudessem ser encontradas em certas regiões do país, a paisagem

rural foi largamente preponderante até 1870 pelos menos (DECCA, 1991).

Conforme Dias (1977), ao longo do século XIX o mundo rural prevaleceu sobre o mundo urbano no Brasil e a riqueza brasileira provinha, até então, principalmente da agricultura e da exportação de produtos agrícolas. Senhores de terra e escravos constituíam as camadas sociais mais importantes, embora um contingente de população livre se tornasse gradativamente expressivo a partir de 1850, quando o sistema brasileiro de produção, herdado do período colonial, entrou em colapso com a extinção do tráfico negreiro, entre outros fatores.

Oliveira (2000) argumenta que no período de 1880 a 1900, o mercado de trabalho, tanto rural quanto urbano, no Sul e Sudeste, passava a ter característica capitalista, em que a mão-de-obra era formada por imigrantes europeus, escravos libertos e trabalhadores do país com prática de economia de subsistência. A questão da propriedade e meios de produção passou a ser o instrumento da economia como poder de negociação.

Como resultado da quebra da economia rural houve dispersão de milhares de trabalhadores do campo. “Parte destes se internaram pelo país em busca de terras virgens nas várias fronteiras agrícolas. O resto [...] passou a engrossar os primeiros grandes fluxos rural-urbanos” (idem, p. 60).

Para Decca (1991), com a instituição do Governo Provisório de Getúlio Vargas, em 1930, houve a criação e organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, já que desde 1870, com o início da imigração massiva de trabalhadores para o Brasil, mão-de-obra e capital estavam em conflito por relações de trabalho e produção.

Neste contexto, houve tentativas de mecanização da produção agropecuária, expansão da rede ferroviária, melhoria da comunicação, saneamento e saúde. “A conjugação desses fatores propiciou uma intensificação da migração rural-urbana e do crescimento urbano. [...] estima-se que o êxodo rural foi da ordem de três milhões, na década de 1940, e de sete milhões na década de 1950” (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 60-61).

Martine e Garcia (1987) afirmam que não há dúvidas de que a pequena produção familiar era, de longe, a maior fonte de emprego e renda da população rural, de modo que a desestruturação sistemática dessa categoria pela capitalização do campo provocou um descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho rural e o crescimento das oportunidades de trabalho no campo. “Este desequilíbrio está na raiz do recente êxodo rural. Estimamos que cerca de 28,5 milhões de pessoas teriam deixado as áreas rurais apenas nas décadas de 1960 e 1970” (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 63).

Em suma, a relação campo e cidade é muito complexa e a história mostra momentos em que um

Estado paternalista foi bom para o pessoal do campo e também da cidade ou um Estado liberal permitiu um mercado de trabalho controlado pela relação demanda x oferta, em que as diferenças sociais começaram a ampliar-se e a expulsão da mão-de-obra rural em excesso, causou o crescimento urbano, em que muitos se tornaram pobres urbanos e sem regularidade alimentar e outros aproveitaram os benefícios da cidade: emprego na indústria e comércio, estudos, especulação imobiliária e se tornaram uma classe urbana em ascensão.

O eucalipto foi introduzido no Brasil na década de 1880, na região Sul e “[...] os primeiros plantios em escala comercial foram feitos visando à produção de lenha para locomotivas e, na seqüência, de dormentes para ferrovia e de postes para eletrificação” (Lima, 1993, p. 11).

Na década de 1950, contudo, segundo Lima (1993), o eucalipto começou a despertar a atenção como matéria-prima para a produção de celulose, que se consolidou a partir de 1970.

Para Lima (1993, na década de 1980 o eucalipto alcançou posição de destaque, colocando o país em primeiro lugar como produtor e exportador de celulose sulfato branqueada.

Conforme Sampaio (2000), O Estado de São Paulo concentrou mais de 80% dos hectares de eucalipto que foram plantados no Brasil, considerando o período de 1909 a 1966. Nos anos de 1960 a 1980, houve grandes incentivos governamentais com referência ao reflorestamento (disponibilização de terras, apoio técnico, crédito, sementes, preço mínimo), contudo, com a redemocratização do país, a sociedade civil passou a exigir mudanças para que se diminuíssem os impactos negativos da eucaliptocultura, tanto em termos sociais como ambientais.

Lima (1993) afirma que a eucaliptocultura também causa a expulsão de populações rurais, limitação de acesso e uso de terras privatizadas, geração de dependência, piora das condições alimentares por causa de redução da produção de alimentos, migração rural e crescimento desordenado das cidades, prejuízo para as comunidades locais, exploração de mão-de-obra infantil, trabalho escravo e redução de empregos. Para Tonello et al. (2009), considerando a economia florestal do eucalipto, esta ocupava, em 2005, apenas 0,6% do território brasileiro, mas representava 14 % em relação ao total mundial, só perdendo para a Rússia. Do PIB nacional, 4% correspondem ao PIB florestal, que representa 10% das exportações brasileiras e sete milhões de pessoas empregadas, ou seja, 9% da população economicamente ativa. Ainda, o eucalipto brasileiro tem alta produtividade. A história do eucalipto apresenta pontos positivos e negativos, conforme a literatura disponível, de modo que um levantamento documental, com base em

dados estatísticos, poderá ampliar a compreensão sobre o mercado rural da colheita do eucalipto, na região do Vale do Paraíba e, em específico, na Cidade de Santa Branca.

O Vale do Paraíba apresenta uma história social e econômica relevante para o Estado de São Paulo, envolvendo plantação intensiva de cana-de-açúcar, café e, também, pecuária. Na atualidade, a eucaliptocultura se sobressai (ARGÜELLO; BATISTA; PONZONI, 2009).

Conforme Kronka (2002), até 1971 não havia eucaliptocultura no Vale do Paraíba até 1971, contudo, com incentivos governamentais, em 1991 já havia 70.700ha plantados, equivalente a 9,8% das áreas plantadas no Estado de São Paulo. Em 2001, o valor caiu para 66.700ha. Em 2005, houve um pequeno acréscimo, contudo, há um déficit de mais de 500.000ha de plantação de eucalipto no Estado. Observa-se uma estagnação da plantação de florestas de eucalipto a partir de 1991.

Os plantios de eucalipto aparecem concentrados nas sub-bacias do alto, alto-médio e médio vale do rio Paraíba do Sul: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A tabela 2 apresenta valores das áreas de plantio de Eucalipto nas cidades do alto-médio Vale do Paraíba.

CIDADE	ÁREA PLANTADA (ha)
Paraibuna	19.768,3
Santa Branca	8.381,4
São José dos Campos	6.538,1
Taubaté	5.729,3
São Luis do Paraitinga	4.963,0
Redenção da Serra	4.094,9
Pindamonhangaba	3.637,3
Lorena	3.421,8
Guaratinguetá	3.309,5
Natividade da Serra	2.958,9
Jambeiro	2.848,3
Guararema	2.784,9
Caçapava	2.772,1
Cunha	2.700,7
Jacareí	2.204,7
Igaratá	2.127,6

Tabela 1 – Área plantada de eucalipto nos municípios do Vale do Paraíba paulista

Verifica-se, conforme tabela 1, que atualmente, as cidades de Paraibuna, Santa Branca, São José dos Campos e Taubaté respondem por 40.417,1ha de eucalipto plantado, equivalente a mais de 60% da área plantada em 22 cidades do alto-médio Vale do Paraíba. Observa-se que Paraibuna está próxima à Serra do Mar e de áreas de preservação, tais como Parque Estadual da Serra do Mar e Ilha Anchieta, Estação Ecológica de Bananal, Floresta Nacional de Lorena, Área de Proteção de São Francisco Xavier.

MUNICÍPIO	ÁREA ARRENDADA (ha)	% DA ÁREA DO MUNICÍPIO
Santa Branca	2.314,72	8,42
Jambeiro	2.305,07	12,53
Caçapava	2.268,20	6,13
São José dos Campos	2.230,90	2,03
Taubaté	2.170,88	3,47
Guaratinguetá	2.160,14	2,88
Lorena	1.886,03	4,56
Pindamonhangaba	1.803,07	2,47
Redenção da Serra	1.770,34	5,73
Paraibuna	1.508,75	1,86
São Luiz do Paraitinga	1.480,58	2,40
Natividade da Serra	1.044,76	1,25
Igaratá	1.037,93	3,54
Jacareí	1.001,20	2,18
Cunha	954,35	0,68
Areias	774,58	2,52
Monteiro Lobato	609,67	2,07
Lavrinhas	557,14	3,34
Piquete	355,82	2,02
Tremembé	216,21	1,13

Tabela 2 – Área de arrendamento por município

Observa-se que Santa Branca é a cidade que mais tem arrendadores para o plantio de Eucalipto, o que torna a cidade o foco deste trabalho, já que a realidade de Santa Branca permite compreender o mercado de trabalho rural na colheita de eucalipto. Em segundo Lugar, está Jambeiro, contudo, este município participa com a maior porcentagem de terras em relação à área total do município.

Conforme o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES (2009), Santa Branca, a segunda cidade com maior área plantada de eucalipto no alto-médio Vale do Paraíba, tem uma agropecuária correspondente a 8,9% do valor do PIB da cidade, com uma renda mensal média de R\$ 455,16, implicando a abertura de emprego para muitos trabalhadores que moram na cidade e mesmo àqueles que estão na área rural, que podem conciliar eucalipto e agricultura familiar e de subsistência

Discussão

O número provável de trabalhadores na eucaliptocultura baseia-se na quantidade de área plantada no município e a quantidade de empregos próprios e terceiros oferecidos pelas empresas privadas, atuando no Médio-alto Vale do Paraíba – Fibria e Nobrecel, que geram aproximadamente 2000 empregos na região. Considera-se que a necessidade de mão-de-obra seja dependente da área plantada, incluindo fazendas próprias, arrendamentos e fomento florestal.

De fato, o município de Santa Branca apresenta as condições favoráveis para que se compreenda melhor o mercado de trabalho rural, empregos registrados e não registrados, empregados terceiros e próprios, arrendamento, fomento florestal, local de residência dos trabalhadores rurais, qualidade de vida, entre outros, ou seja, as relações de produção de eucalipto no mercado de trabalho rural.

No que se refere ao estado civil, percebeu-se que a grande maioria dos questionados é casada 36 (62,2%). Há solteiros somando 13 (22,4%). Juntos separados e amasiados somam 9 indivíduos (15,4%). Quanto à faixa etária, na faixa entre 21 a 30 anos, 24 indivíduos (41,4%); seguido da faixa entre 31 a 40 anos, com 22 indivíduos (37,9%). Poucos estão na faixa acima de 41 anos, somando 12 indivíduos (20,7%). Com relação à naturalidade, percebeu-se grande prevalência de indivíduos nascidos em cidades do Estado de São Paulo, somando 41 (70,5%). Poucos são naturais do Estado de Minas Gerais 5 (8,6%), conforme é possível observar na tabela 3

Alguns outros estados foram citados, mas sem muita relevância numérica, que juntas somam 12 indivíduos (20,9%).

Estado	Entrevistados = 58	%
Alagoas	1	1,8%
Bahia	1	1,8%
Espírito Santo	1	1,8%
Maranhão	3	5,1%
Minas Gerais	5	8,6%
Pará	2	3,4%
Rio de Janeiro	1	1,8%
Rio G. do Sul	2	3,4%
Tocantins	1	1,8%
São Paulo	41	70,5%

Tabela 3 – Procedência dos funcionários

Em relação ao nível de escolaridade, há grande predominância de indivíduos com Ensino Médio completo 33 (56,8%), seguido de Ensino Médio incompleto 11 (18,9%). Percebe-se que há poucos indivíduos nos outros níveis de escolaridade, mas

são citados Ensino Fundamental, Ensino Superior e Técnico.

No que se refere ao tempo de trabalho na empresa de setor rural, a maioria está há pouco trabalhando na mesma, ou seja, menos de 1 ano; 19 funcionários (32,8%) de 1 a 2 anos; 9 deles (15,6%) de 7 a 8 anos. Percebe-se que há indivíduos que já trabalham na empresa há mais de 19 anos (8,7%). Quanto à renda mensal do trabalhador, é possível notar que a grande maioria, 51 funcionários (87,9%) recebe de 3 a 5 salários mínimos. Alguns chegam a ganhar menos do isso, apenas 5 (8,5%). Há apenas 2 (1,8% cada) que ganham mais do que a maioria. Observa-se que a grande maioria dos entrevistados (77,5%) trabalha de 4 a 5 dias por semana, o que sugere uma boa qualidade de vida e a não-necessidade de trabalhar em excesso para ampliar a renda. Contudo, 20,7% têm uma carga semanal bastante pesada. Verifica-se o excesso de horas diárias trabalhadas para 53,3% dos entrevistados, o que implica redução da qualidade de vida, contudo, pode ser uma estratégia para se livrar do trabalho aos sábados e domingos, ou para se aumentar a renda.

Conclusão

A eucaliptocultura se mostra como tendência atual de expansão no Vale do Paraíba, mostrando um novo ciclo, depois da cana e o café e verifica-se a presença forte da iniciativa privada, com Plano de Manejo e Desenvolvimento Sustentável. Verifica-se que a eucaliptocultura tem trazido qualidade de vida para os trabalhadores, pela renda obtida pela troca da força de trabalho, de modo que relação de produção do eucalipto no mercado de trabalho rural de Santa Branca mostra-se com responsabilidade social e, conseqüentemente, diminuidor das desigualdades sociais. Ressalta-se a tendência atual globalizada de carga horária de trabalho bem acima das 8h que é considerada padrão, o que limita o nível de qualidade de vida dos trabalhadores. O trabalho foi útil na medida em que permitiu articulação da teoria com a prática e a compreensão das relações entre campo e cidade, bem como da verificação da condições patronais da área em estudo; além da identificação quantitativa da eucaliptocultura no Vale do Paraíba.

Também, reconheceu-se a representatividade quantitativa dos municípios de Santa Branca no mercado de trabalho rural e a identificação quantitativa e qualitativa da contribuição da eucaliptocultura para a formalidade de empregos em Santa Branca e a qualidade de vida dos trabalhadores na eucaliptocultura.

Por meio do trabalho atendeu-se às exigências acadêmicas e, também, o desenvolvimento da vida profissional dos estudantes, já que houve contato com a realidade da vida geográfica e econômica do

Vale do Paraíba e com informações teóricas relevantes da Geografia Brasileira.

O trabalho não se esgota aqui e sim abre novas oportunidades de tratar de outros problemas relativos ao tema.

Referências

- BRASIL. Estatuto da Terra. Lei 4.504. Brasília, 1964.
- CASTANHO, E.P.F. Eucalipto: demanda crescente. Florestar Estatístico, V.9, n. 18, nov, 2006, p. 9-13.
- CIB. Conselho de Informações sobre Biotecnologia. Guia do eucalipto: oportunidades para um desenvolvimento sustentável. CIB, 2008
- DECCA, M.A.G. Indústria, trabalho e cotidiano. São Paulo: Atual, 1991.
- IAMAMOTO, M.V. Trabalho e indivíduo social. São Paulo: Cortez, 2001.
- KRONKA, F.J.N. Inventário Florestal das Áreas Reflorestadas do Estado de São Paulo. Instituto Florestal, São Paulo, 2002.
- LIMA, W.P. Impacto ambiental do eucalipto. São Paulo: Edusp: 1993
- MARTINE, G.; GARCIA, R.C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados 15 (43), 2001.